

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Regulamentação tratará de cobrança de imposto estadual sobre os "trusts" 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estados poderão taxar herança de previdência privada 4

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

União custeará comitê gestor do novo tributo 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ambev derruba no Carf autuação de R\$ 1,55 bilhão 6

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Declarações atrasadas ou retificadas já são recebidas 8

O GLOBO - RJ - MUNDO
SEGURIDADE SOCIAL

Portugal abole regularização de quem entra como turista 9

A GAZETA - MT - ECONOMIA-MT
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar a 2ª parcela 10

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Sistema fica 2 meses fora do ar desde 2023 11

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar 2ª parcela do 13º 12

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Atestemed acelera a fila do INSS, mas gera prejuízo 13

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentadoria por doença grave pode ser paga integralmente 15

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SERVIDOR PÚBLICO

Reajuste federal é sancionado - SERVIDOR 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Seguro em previdência privada vai escapar de imposto estadual 17

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda apresenta hoje pacote de compensação da desoneração da folha (FISCAL) 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxação dos super-ricos 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado aumenta estimativas para inflação e Selic 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

PIB do 1º trimestre do ano terá alta de 0,7%, projeta mercado 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado piora projeção para inflação e só vê um corte de juros este ano 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Bom momento do emprego tem pressão ampla na inflação 26

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Economistas veem novos cortes de juros em 2025 28

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar e juros cedem com melhora externa 29

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Economistas veem corte da Selic mesmo com inflação elevada 30

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado eleva cálculos para inflação e juros 31

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Projeção para o IPCA tem alta 32

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Corte na Selic gera divergência entre economistas - MOVIMENTO ECONÔMICO 33

Regulamentação tratará de cobrança de imposto estadual sobre os "trusts"

ALVARO GRIBEL, DANIEL WETERMAN, MARIANA CARNEIRO E BIANCA LIMA

O segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária** que será enviado pelo governo federal ao Congresso também tratará dos "trusts" - instrumento usado pelos mais ricos para proteger o patrimônio no exterior e reduzir a incidência de **impostos** nos investimentos. A proposta dá continuidade à regulamentação que foi iniciada no ano passado para o Imposto de Renda, que é de competência federal.

O tema atende a um pleito dos governadores, responsáveis pelo recolhimento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

O texto atual trata da tributação estadual via ITCMD e prevê que o tributo incidirá sobre esse mecanismo em três hipóteses, que não são cumulativas.

São elas: falecimento do instituidor; doação, se ocorrida durante a vida do instituidor; e no caso de o instituidor abdicar, em caráter irrevogável, ao direito sobre uma parcela do patrimônio.

A equipe econômica, segundo apurou o Estadão, avaliou que ainda havia incertezas nesse assunto e até o entendimento de uma dupla incidência do ITCMD, por isso a necessidade da regulamentação via lei complementar.

Pela lógica desse tipo de investimento, o "trust" é considerado um "terceiro", que recebe o aporte do instituidor como doação e administra esses bens. Portanto, havia dúvida se o ITCMD incidiria tanto no momento do aporte como também na distribuição aos beneficiários.

Um dos objetivos, portanto, foi eliminar o risco dessa dupla incidência.

Até o ano passado, o "trust" não era regulado no Brasil, o que gerava dúvidas interpretativas sobre a tributação e provocava insegurança jurídica. O tema acabou sendo abordado no projeto - hoje já sancionado - que tratou dos fundos offshore e exclusivos, que concentram os investimentos dos mais ricos. A medida foi um dos itens da agenda arrecadatória do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

COMITÊ GESTOR. O segundo projeto que vai regulamentar a **reforma tributária** também vai tratar da instalação do **Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, tributo de Estados e municípios que nascerá com a **reforma tributária**.

O governo federal vai desembolsar até R\$ 3,8 bilhões de 2025 a 2028, que terão de ser devolvidos com juros pelos governos estaduais e municipais aos cofres da União.

A proposta prevê ainda que o colegiado terá três instâncias para julgar as disputas tributárias do imposto arrecadado por Estados e prefeituras. Essas instâncias serão responsáveis por decidir, no âmbito administrativo, os questionamentos de empresas e pessoas físicas envolvendo a cobrança.

O comitê gestor criado pela **reforma tributária** funcionará como uma espécie de **Receita Federal**, só que das unidades da Federação e das cidades. O órgão terá autonomia e vai gerenciar a arrecadação do IBS, que vai unificar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual, e o Imposto sobre Serviços (ISS), de competência dos municípios. O IBS começará a ser cobrado em 2027, com período de transição até 2033.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Estados poderão taxar herança de previdência privada

GERALDA DOCA E VICTORIA ABEL

O segundo projeto de lei de regulamentação da **Reforma Tributária** vai incluir uma permissão para que estados cobrem uma taxa na transferência de valores da previdência privada do titular falecido para herdeiros. O texto ainda poderá ser modificado quando houver a tramitação no Congresso Nacional.

A proposta modifica o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para incluir os planos de previdência sob regime financeiro de capitalização, tais como Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

Hoje, o ITCMD recai sobre a transferência de outros bens aos herdeiros, como imóveis. Alguns estados, no entanto, como o Rio de Janeiro, já tributam a transferência de PGBL e VGBL. A medida foi permitida em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). O projeto, na prática, vai pacificar a questão e dar mais segurança jurídica para que estados e o Distrito Federal passem a cobrar.

O valor de cobrança do tributo sobre a previdência privada seria determinado pelos entes federativos, em decisão dos legislativos locais e executivos.

FISCALIZAÇÃO

O projeto prevê ainda a criação de corregedoria e auditoria dentro do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O texto vai trazer regras de formação do comitê e a distribuição da arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) -resultado da fusão de ICMS, estadual, e do ISS, municipal. O projeto será enviado ao Congresso esta semana pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O Comitê Gestor será uma entidade pública sob regime especial, com sede no Distrito Federal, dotado de independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira. Será responsável por arrecadar o IBS, fazer as compensações e distribuir a arrecadação entre os estados, o Distrito Federal e os municípios.

A entidade terá seis subdivisões: Conselho Superior, Diretoria-Executiva e suas diretorias técnicas, Secretaria-Geral, Assessoria de Relações Institucionais e Interfederativas, Corregedoria e

Auditoria Interna. O Conselho Superior será a instância máxima do comitê, composto por 27 membros, representando cada estado e o Distrito Federal e de outros 27 membros, representando o conjunto dos municípios e do Distrito Federal.

As diretorias de fiscalização, porém, estarão subordinadas ao Conselho Superior. Para participarem do Conselho Superior, os indicados terão de ter dez anos de experiência em administração pública tributária, sendo quatro anos em cargo de chefia ou diretoria.

Os deputados querem entregar o parecer até o fim de junho. O presidente, Arthur Lira (PP-AL), prometeu votar até o recesso parlamentar, que começa no dia 15 de julho.

Ainda no âmbito do Comitê Gestor, haverá uma espécie de Conselho Administrativo de Recursos (**Carf**), constituído por três instâncias que serão responsáveis por solucionar contencioso tributário do IBS.

A primeira instância cuidará dos lançamentos tributários estaduais e municipais que forem questionados. Essa instância será integrada por servidores de carreira. Haverá uma segunda instância recursal. A terceira será para padronizar decisões. O **Carf** terá um voto de qualidade que decidirá os casos de impasse.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

União custeará comitê gestor do novo tributo

O governo federal vai financiar a instalação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o tributo de Estados e municípios que nascerá com a **reforma tributária**. O aporte vai custar até R\$ 3,8 bilhões entre 2025 a 2028 e terá de ser devolvido com juros pelos governos estaduais e municipais aos cofres da União.

O Comitê Gestor, criado pela **reforma tributária**, funcionará como uma espécie de **Receita Federal**, só que dos Estados e municípios. O órgão terá autonomia administrativa e financeira e vai administrar a arrecadação do novo imposto IBS, que vai unificar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual, e o Imposto sobre Serviços (ISS), de competência dos municípios.

O financiamento da União para a instalação do comitê está previsto no segundo projeto que regulamenta a **reforma tributária**, a ser enviado nesta semana pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Congresso Nacional. O Estadão teve acesso à minuta da proposta, que ainda poderá ter ajustes antes de ser formalmente apresentada.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** aprovada no ano passado previa o financiamento do Comitê Gestor.

O projeto a ser apresentado traz os valores e define como o dinheiro será repassado. Serão R\$ 600 milhões em 2025, R\$ 800 milhões em 2026, R\$ 1,2 bilhão em 2025 e R\$ 1,2 bilhão em 2028.

O Comitê Gestor terá de devolver esse dinheiro à União, com juros pela taxa Selic e verificados na data do desembolso.

O comitê deverá efetuar o ressarcimento à União em 20 parcelas semestrais, a partir de junho de 2029, de acordo com o texto.

A diretoria executiva será composta por nove diretorias:

Fiscalização

Arrecadação e cobrança

Tributação

Informações econômico-fiscais

Tecnologia da informação e comunicação

Revisão do crédito tributário

Administrativa

Procuradorias

Tesouraria

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-4c4100d3575968c5a818dece2bf7aa8d.pdf

Ambev derruba no Carf autuação de R\$ 1,55 bilhão

Beatriz Olivon

A Ambev conseguiu, no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, vencer disputa contra a **Receita Federal** sobre uso de fundo de investimento como mecanismo de hedge. A decisão, por maioria de votos, é da 1ª Turma da 2ª Câmara da 1ª Seção, que derrubou cobrança de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL no valor de R\$ 1,55 bilhão, conforme indicado no processo.

A companhia recebeu três autuações fiscais sobre o assunto e, com esse julgamento, conquistou sua terceira vitória em turmas baixas do **Carf**. As outras duas ainda não foram levadas à Câmara Superior-última instância do tribunal administrativo.

A autuação analisada pela 1ª Turma da 2ª Câmara da 1ª Seção decorre da desconsideração do Fundo Júpiter, por alegação de planejamento tributário abusivo. Os valores de **impostos** cobrados são referentes ao ano de 2010 (processo nº 16561.720180/2015-19).

Para a **Receita Federal**, o uso de fundo de investimento para realização de operações com derivativos (swap/hedge), da qual a Ambev era cotista única, deve ser considerado planejamento tributário abusivo - pelo fato de o fundo não ter autonomia para atuação no mercado.

A fiscalização, no caso, desconsiderou dedução de imposto de renda pago no exterior e estimativas compensadas, mas não homologadas, assim como perdas incorridas em operações praticadas em mercados de renda variável e de swap.

No caso das perdas, a Receita considera que só seriam dedutíveis até o limite dos ganhos obtidos em operações da mesma espécie. Já quanto à dedução de imposto pago no exterior, alega que os valores recolhidos foram desconsiderados por não haver comprovação da legitimidade do abatimento e que estimativas de IRPJ compensados não foram homologadas.

No **Carf**, prevaleceu o voto do relator, conselheiro Fredy José Gomes de Albuquerque. "Não há dever fundamental de pagar ilegalmente tributo, tanto quanto inexistente dever fundamental do contribuinte de sujeitar-

se a excessos ou a qualquer exigência que não esteja objetivamente parametrizada pela licitude", afirma no voto.

Ainda segundo o conselheiro, não houve simulação, dolo, fraude, conluio, nem se comprovou ausência de propósito negociado. Também não foi identificada omissão de registros contábeis nos balanços da companhia e do fundo.

A Ambev era cotista do fundo, que recebia aportes financeiros para investimento em multimercado, inclusive em derivativos. O objetivo dos aportes era a proteção do patrimônio da empresa contra variações de taxas de juros, commodities e taxa de câmbio às quais se vinculavam suas operações comerciais e também atender finalidades regulamentares, segundo consta no voto do relator.

As respostas da Ambev ao Fisco, acrescenta o conselheiro, indicaram que a administração direta de instrumentos financeiros não refletia a atividade econômica preponderante da empresa. Portanto, optou por criar o Fundo Júpiter, que veio a ser administrado pelo BTG Pactual.

Se as operações com derivativos fossem atribuídas diretamente à Ambev (por meio da desconsideração do fundo), de acordo com o relator, a Ambev só poderia deduzir perdas com swap até o limite dos ganhos. Se mantidas as operações do fundo de investimento, explica, a tributação deve ser realizada pelo próprio fundo e as balizas legais são outras e toda a despesa é dedutível, independente do limite de ganhos com swap.

"Para fins tributários, os fundos têm vida própria, tributação própria, registros fiscais próprios. Para desqualificar sua atuação, antes de tudo, é preciso se debruçar sobre suas operações e seus registros. Nada disso foi feito", afirma o relator, no voto.

Segundo o advogado Leandro Cabral, sócio do Velloza Advogados Associados, é normal que as empresas façam operações de swap e hedge para se proteger de variações no câmbio, mas o uso de fundo incomodou a **Receita Federal**. "Como indica o voto do relator, a legislação não veda o uso", diz.

Para o advogado, a fiscalização criou uma ficção em

torno da operação, de que o fundo seria um instrumento de planejamento tributário abusivo visando vantagem indevida de dedução de perda. "O julgamento afastou essa ficção, ficando comprovado que os fatos mostravam o uso correto do fundo."

A maioria dos conselheiros entendeu que é indevida a desconsideração de operações financeiras por fundo de investimentos em multi-mercado para atribuir ao cotista exclusivo a titularidade delas quando não for apontada pela administração tributária nenhuma irregularidade que revele prática de ato ilícito.

Em nota, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que a avaliação sobre a regularidade das operações de hedge realizadas pelos contribuintes é tema recorrente no **Carf** e que existem julgados em que se concluiu que a legislação que regula as operações de hedge não foi atendida. Mas, acrescenta o órgão, as circunstâncias fáticas das operações variam significativamente, e a apresentação de recurso à Câmara Superior se condiciona a precedente que guarde similaridade com a decisão proferida. A possibilidade de recurso no caso concreto está sendo examinada.

Outros dois julgamentos similares envolvendo a Ambev também levaram ao cancelamento das autuações em turmas baixas. Foram realizados em 2017 e 2023 (processos nº 16561.720159/2014-32 e nº 16561.720233/2016-82).

Procurada, a Ambev informou em nota que valoriza a decisão do **Carf**, que se pautou "nos aspectos técnicos e jurídicos" das discussões sobre o caso, reafirmando que a postura da companhia seguiu a correta interpretação e aplicação da **legislação tributária** brasileira.

"Legislação não veda uso de fundo de investimento como mecanismo de hedge" Leandro Cabral

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187893>

Declarações atrasadas ou retificadas já são recebidas

A **Receita Federal** voltou a aceitar ontem (3) as Declarações do Imposto de Renda de Pessoa Física 2024 - Ano Base 2023. Quem perdeu o prazo normal, que acabou na última sexta-feira (31) terá que pagar uma multa que pode ir de R\$ 165,74 até 20% do imposto devido. No total, foram recebidas 42.421.153 declarações enviadas.

A declaração atrasada pode ser feita através do PGD (Programa Gerador da Declaração) no computador, no celular ou tablet, por meio do aplicativo Meu Imposto de Renda, e ainda de forma online, no portal eCAC (Centro Virtual de Atendimento). Para declarar por aplicativo ou no e-CAC é preciso ter conta Gov.br prata ou ouro.

Para que não haja equívocos na hora de declarar, já que o prazo foi ultrapassado, é importante a ajuda de um profissional especializado. "O contador irá informar com veracidade todas as informações que precisam ser enviadas a Receita", explicou a contadora Rhayssa Lins.

Retificadora

A reabertura dos servidores da Receita também está disponível para quem necessita fazer as retificações das declarações. No caso de quem enviou a declaração com erro para não perder o prazo final, ou percebeu ele posteriormente, basta enviar outra declaração com as todas as informações corretas, chamada declaração retificadora.

Para tanto, é obrigatório informar o número do recibo da declaração que será retificada. O contribuinte deve usar o programa do ano que quer retificar. Se for fazer a retificação online ou pelo aplicativo do celular, é preciso selecionar o ano correto.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/ykus/#p=1>

Portugal abole regularização de quem entra como turista

GIANAMATO

O governo apertou as regras para a entrada de imigrantes em Portugal no novo plano de imigração apresentado ontem pelo Conselho de Ministros e já aprovado pelo presidente Marcelo Rebelo de Sousa. A principal mudança é a extinção da manifestação de interesse, um mecanismo que permitia aos imigrantes que entravam no país como turistas buscarem a regularização posterior.

Brasileiros, no entanto, serão poupados do fim da manifestação de interesse -a alternativa de entrada mais utilizada por quem vem do Brasil, mas que não é recomendada porque deixa o imigrante com direitos limitados enquanto espera pela conclusão do seu processo -devido ao acordo de mobilidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Imigrantes do Brasil e de outros países da comunidade ainda poderão entrar com visto de turista e depois ter um caminho para a legalização solicitando uma Autorização de Residência CPLP.

Segundo o premier Luís Montenegro, o mecanismo agora extinto causou o descontrole da entrada de imigrantes em Portugal. As manifestações são maioria entre os 400 mil processos pendentes de autorização de residência que sobrecarregam a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Aima). A extinção, no entanto, não será retroativa: as regras não mudam para quem já está no país.

- Mais de 400 mil processos para concluir é um sinônimo de falta de capacidade. Pior que não ter resposta é viver na intranquilidade. Queremos terminar com mecanismos que se transformaram em abuso - disse o premier.

A manifestação de interesse é concedida após um ano de contribuição para a **Previdência Social** e apresentação de contrato ou promessa de trabalho em Portugal. Muitos imigrantes que chegam como turistas podem aceitar trabalhar e viver em condições precárias em troca de um contrato ou promessa de trabalho como atalho para a autorização de residência.

Com o novo plano de imigração, os artigos 88 e 89 da Lei dos Estrangeiros (2007), que estabelecem as condições para a manifestação de interesse, serão revogados.

O plano de imigração tem mais de 30 medidas baseadas em quatro pilares, das quais as mais importantes são: extinção das manifestações de interesse; priorização da entrada para reagrupamento familiar, de jovens estudantes e profissionais qualificados; criação de uma força-tarefa para concluir os 400 mil processos pendentes; reforço dos consulados e das operações do acordo de mobilidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), onde estão incluídos os brasileiros.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

INSS começa a pagar a 2ª parcela

João Freitas

Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) inicia pagamentos da segunda parcela do 13º salário. Os repasses, que somam quase R\$ 34 bilhões nesta etapa, serão efetuados para aposentados e pensionistas que ganham mais que um salário mínimo. O pagamento vai até o próximo dia 7, com as datas definidas conforme o dígito final do Número de Inscrição Social (NIS).

O extrato com valores e datas de pagamento está disponível desde no aplicativo "Meu **INSS**", disponível para celulares e tablets. A consulta também pode ser feita pelo site do **INSS**. Quem não tiver acesso à internet poderá consultar a liberação do 13º pelo telefone 135.

De acordo com o Ministério da **Previdência Social**, o pagamento antecipará a injeção de R\$ 67,6 bilhões na economia e, até o fim da semana, mais de 33,6 milhões de segurados receberão a primeira parcela, ao somar os que ganham o benefício mínimo e os que recebem acima dele. (Com informações da assessoria)

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Sistema fica 2 meses fora do ar desde 2023

Panes constantes nos sistemas de processamento de dados do **INSS** agravam o problema da longa fila de pedidos de benefícios. Entre janeiro de 2023 e abril deste ano, foram registradas 164 interrupções nos diferentes sistemas do órgão público ligado ao Ministério da **Previdência Social**, que é responsável pelo pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios a trabalhadores e segurados.

Essas falhas somaram dois meses, 13 dias, 13 horas e 36 minutos de sistemas fora do ar em pouco mais de um ano.

As quedas nos sistemas prejudicaram a análise de 3,4 milhões de processos de um total de 25,4 milhões concluídos nesse período - ou seja, 13,4% dos processos analisados pelo **INSS** foram afetados por falhas nos sistemas: não puderam ser processados no momento da pane e tiveram seu desfecho protelado.

Isso porque, com os sistemas fora do ar, os servidores não conseguem dar andamento na análise dos pedidos de benefícios, agravando a já enorme fila do **INSS**, que o governo vem tentando reduzir.

Os dados do instituto foram obtidos pelo jornal O Globo por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

A maior parte dos sistemas utilizados pelo **INSS** é desenvolvido e administrado pela estatal federal Dataprev. As falhas estão disseminadas entre os diferentes sistemas utilizados pelo órgão para analisar pedidos e conceder benefícios.

A duração média de cada pane registrada pelo **INSS** em quase 16 meses foi de 10 horas e 53 minutos.

O Sirc, meio eletrônico de concessão do salário-maternidade, é o que totaliza mais tempo fora do ar no período: a soma das falhas chega a 20 dias.

Mas o sistema que dá mais problema é o GET, uma espécie de gerenciador de tarefas que abrange serviços como o "Meu **INSS**" e o canal telefônico 135, por exemplo.

A incidência de falhas desse sistema no período analisado foi o maior: 50. Mas as panes desse canal costumam durar pouco.

Outro sistema que também tem falhas constantes é o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), banco de dados que contém todo o histórico de

contribuição dos trabalhadores. Pela quantidade de informações disponíveis, o CNIS é uma das principais fontes de consulta do **INSS**. Apesar disso, teve a segunda maior frequência de interrupções no período: 20 panes.

Fila para baixa renda e pescadores

O problema atinge também o Prisma, que opera pedidos de aposentadoria e pensão, e o Sibe, por onde trafegam as requisições do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - um salário mínimo mensal pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

As falhas nos sistemas do **INSS** agravam a fila para concessão de benefícios pelo órgão, que tem enfrentado dificuldades para dar mais celeridade aos processos.

Em abril, o governo conseguiu reduzir em 3,4% o estoque de pedidos à espera de resposta, para 1,4 milhão, mas o tempo médio ainda é de 39 dias de espera. Isso, considerando apenas os pedidos iniciais, o primeiro passo de um segurado para ter o direito a um benefício reconhecido.

Quando são contabilizados os outros processos à espera de uma solução, a fila chega a 4,49 milhões, segundo o **INSS**.

Entram nesta conta, por exemplo, os recursos às decisões iniciais, como os de segurados que tiveram benefícios negados, que somam 1,4 milhão de processos.

Recursos de pedidos negados são analisados pelo Conselho de Recursos da Previdência.

Outra fila que se destaca pelo tamanho é do seguro-desemprego para pescadores artesanais: são 861.635 pedidos sem definição.

Há ainda processos acumulados de pedidos de revisão do valor do benefício, atualizações de cadastro, demandas judiciais, certidões de tempo de contribuição e apurações de irregularidades

INSS começa a pagar 2ª parcela do 13º

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que ganham mais que um salário mínimo já começaram a receber a segunda parcela do décimo terceiro. O pagamento vai até a próxima sexta-feira (7), com as datas definidas conforme o dígito final do Número de Inscrição Social (NIS).

O pagamento do décimo terceiro a quem ganha um salário mínimo começou no último dia 24 e também vai até o sábado (8). Até o fim desta semana, mais de 33,6 milhões de segurados receberão a primeira parcela, ao somar os que ganham o benefício mínimo e os que recebem acima dele.

O extrato com os valores e as datas de pagamento do décimo terceiro podem ser acessados no aplicativo Meu **INSS**, disponível para celulares e tablets. A consulta também pode ser feita pelo site gov.br/meuinss.

Quem não tiver acesso à internet pode consultar a liberação do décimo terceiro pelo telefone 135. Nesse caso, é necessário informar o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e confirmar alguns dados ao atendente antes de fazer a consulta. O atendimento telefônico está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h.

O decreto com a antecipação do décimo terceiro foi assinado em março. Este será o quinto ano seguido em que os segurados do **INSS** receberão as parcelas do décimo terceiro antes das datas tradicionais, em agosto e em dezembro. Em 2020 e 2021, o pagamento ocorreu mais cedo por causa da pandemia de covid-19. Em 2022 e 2023, as parcelas foram pagas em maio e junho.

Segundo o Ministério da Previdência, o pagamento do décimo terceiro antecipará a injeção de R\$ 67,6 bilhões na economia. Desse total, R\$ 33,92 bilhões correspondem à segunda parcela, referente à competência de maio e que está sendo paga entre o fim de meio e o início de junho. O restante correspondeu à primeira parcela, da competência de abril, paga no fim de abril e início de maio.

A maioria dos aposentados e pensionistas receberá 50% do décimo terceiro na segunda parcela. A exceção é para quem passou a receber o benefício depois de janeiro e terá o valor calculado proporcionalmente.

O Ministério da Previdência esclarece que os segurados que recebem benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) também têm direito a uma parcela menor do décimo terceiro, calculada de acordo com a duração do benefício. Por lei, os segurados que recebem benefícios assistenciais, como o Bolsa Família, não têm direito a décimo terceiro salário.

Mutirão

De janeiro a abril deste ano, houve um aumento de 49% no número de avaliações sociais realizadas ante os atendimentos realizados em igual período em 2023 no âmbito da Superintendência Regional Nordeste do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Isso representa cerca de 35 mil pessoas a mais que tiveram a chance de ter acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais operacionalizados pelo instituto de forma mais rápida e eficiente.

Dos 482 assistentes sociais que se inscreveram para atuar junto ao Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** (PEFPS), 200 são profissionais lotados no Nordeste, o que representa 44,4% de adesão. (Da Redação com Agências)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/06/inss-comeca-a-pagar-2-parcelado-13.html>

Atestemed acelera a fila do INSS, mas gera prejuízo

Criado em 2022, o Atestemed surgiu com o propósito de acelerar os pedidos de benefício por incapacidade no **INSS**, já que estes dependem da concorrida agenda dos médicos peritos. Até hoje, o tempo médio de concessão caiu em um terço. Algo a ser festejado. O problema é que essa ferramenta embute imperfeições nocivas aos trabalhadores e para o próprio **INSS**.

As concessões automatizadas não estão levando em conta em sua plenitude o NTEP (nexo técnico epidemiológico previdenciário), dado estatístico que esclarece se a doença relaciona-se com acidente de trabalho, doença ocupacional ou doença profissional.

A fila do **INSS** atualmente é de 1,6 milhão de pedidos à espera de um posicionamento. A chegada do Atestemed mexeu nos números, gerando rapidez na concessão e aumentando os gastos, na medida em que os benefícios são pagos em menor tempo.

Em 2022, o tempo médio de concessão era de 75 dias. Em 2023, a espera caiu para 69 dias. Em 2024, a média nacional de espera reduziu para 50 dias, conforme os dados do Beps (Boletim Estatístico da **Previdência Social**).

Receba no seu email uma seleção de colunas e blogs da Folha

Carregando...

A redução do estoque de concessões implicou também a antecipação dos gastos. Os benefícios concedidos em 2022 movimentaram cerca de R\$ 768 bilhões. Em 2023, esse número se expandiu para R\$ 864 bilhões. Em fevereiro deste ano, os gastos com concessões de auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença) ultrapassaram 1,4 milhão. E preocupa a equipe econômica do governo, que trabalha para não extrapolar o orçamento previsto para 2024.

O implemento da tecnologia em larga escala aliviou também a agenda dos peritos em quase 30%. Conforme dados da Transparência Previdenciária, de março de 2024, o estoque de agendamento de perícias médicas presenciais reduziu de 1.054.792 para 772.251, diminuição de 27% dos agendamentos.

Os dados são motivos de comemoração, mas por

detrás destes números há algo preocupante.

Em entrevista concedida ao colunista Carlos Juliano Barros, do UOL, o **INSS** mencionou que "o NTEP ainda depende de ajustes sistêmicos com a Dataprev para sua utilização na análise documental" de concessões via Atestemed. Essa plataforma online viabiliza a concessão do benefício por incapacidade por meio de inteligência artificial e análise documental. Ao desprezar o NTEP, referencial de risco entre a doença e a atividade econômica, as concessões por meio do Atestemed geram, ao menos, quatro consequências.

Os trabalhadores incapacitados podem ficar sem ganhar a estabilidade acidentária de 12 meses no emprego. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo anual, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após o término do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente. Assim, essa estabilidade é caracterizada em função dos casos de adoecimentos interligados ao trabalho. Quando o instituto não reconhece de imediato o viés acidentário do adoecimento, dificulta a vida do segurado, que terá o ônus de ir atrás de provas para classificar o benefício como acidentário, em vez de previdenciário, além de correr o risco de perder um ano de salário, pois sem a estabilidade pode ser demitido a qualquer momento.

Nos casos em que o auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença) evolui para uma aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez), esse desdobramento pode gerar prejuízo para o trabalhador na ordem de até 40% da média de contribuições. Somente segurados que se tornem inválidos com mais de 20 anos de contribuição podem amenizar essa perda. Isso porque o valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% da média aritmética, com acréscimo de 2% para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 anos de contribuição.

Outra consequência é que o **INSS** pode sofrer perdas na sua arrecadação. O risco ambiental do trabalho (RAT), antigo 'seguro acidente de trabalho', é um tipo de contribuição previdenciária que pode ser aumentada para empresas com taxa elevada de sinistralidade, causando vítimas de doenças

ocupacionais ou acidentes de trabalho. A partir do momento em que há subnotificação de acidentes de trabalho, o **INSS** deixa de arrecadar, pois as empresas com grande sinistralidade serão poupadas de arcarem com alíquotas maiores de contribuição previdenciária.

Outro desdobramento de ignorar o NTEP é o **INSS** fomentar a concorrência desleal. Empresas que investem em segurança do trabalho em prol dos funcionários são penalizadas pelas más companhias que, mesmo gerando acidentes com funcionários, vão ter o mesmo custo da contribuição previdenciária.

É perceptível que houve melhora na gestão da fila do **INSS**, seja em relação aos requerimentos ou as manutenções de benefícios. O processamento automático de serviços e de ferramentas como o Atestemed ajudam muito a reduzir prazos e trazer celeridade para quem aguarda ansioso por uma verba de caráter alimentar, como é o caso dos benefícios previdenciários. Pelo fato de Atestemed ser uma ferramenta nova, é previsível a necessidade de ajustes. Só não se revela razoável a demora em retificá-los, pois todos saem perdendo. Os segurados que sofrem acidentes relacionados ao trabalho e não são tratados assim, além do **INSS** e toda coletividade.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulo-saraiva/2024/06/atestemed-acelera-a-fila-do-inss-mas-gera-prejuizo.shtml>

Aposentadoria por doença grave pode ser paga integralmente

O futuro de milhões de brasileiros que dependem da aposentadoria por doença grave, contagiosa ou incurável está nas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte vai decidir se o benefício deve ser pago de forma integral, como era antes da Reforma da Previdência de 2019, ou se seguirá a regra estabelecida pela reforma, que limita o valor a 60% da média dos salários do trabalhador, com acréscimo de 2% por ano de contribuição acima de 20 anos.

O caso, que teve repercussão geral reconhecida pelo STF (Tema 1.300), será analisado a partir de um Recurso Extraordinário (RE) 1469150 movido por um segurado do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). O autor da ação questiona a constitucionalidade da norma instituída pela reforma, alegando que ela viola o princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios previdenciários.

Reforma da Previdência gera polêmica

A Reforma da Previdência de 2019 alterou as regras para a concessão de diversos benefícios, incluindo a aposentadoria por doença grave. A principal mudança foi a limitação do valor do benefício a 60% da média dos salários do trabalhador, com acréscimo de 2% por ano de contribuição acima de 20 anos.

A medida gerou polêmica e críticas de especialistas e entidades de defesa dos direitos previdenciários. Argumenta-se que a regra penaliza principalmente os trabalhadores de baixa renda, que geralmente possuem menor tempo de contribuição.

Consequências positivas nos empréstimos consignados

Com o aumento da renda, o limite de crédito do aposentado também subiria, o que significa que ele teria mais crédito disponível para novos empréstimos ou para renegociar as taxas de juros dos já existentes.

Isso representaria um grande alívio financeiro para muitos aposentados, que poderiam finalmente quitar dívidas, arcar com despesas com mais tranquilidade e até mesmo realizar sonhos que antes pareciam inviáveis.

Para o CEO da Carrera Carneiro, Corban especializado na concessão de empréstimo

consignado com foco no conceito smart money, o pagamento integral do benefício traz inúmeras vantagens, mas também pode causar descontentamento para aqueles que hoje recebem o valor limitado. Se a decisão for positiva irá prejudicar os aposentados que receberam seus benefícios proporcionais, o que é natural, pois nenhum de nós da iniciativa privada recebemos benefício integral.

É importante ressaltar que, mesmo que o STF decida pelo pagamento integral da aposentadoria por doença grave, o impacto nos empréstimos consignados dependerá da análise individual de cada caso, uma vez que as políticas do governo influenciam as taxas de juros e, conseqüentemente, a disponibilidade do crédito consignado para beneficiários desse grupo.

STF decidirá o destino de milhões de aposentadorias

A decisão do STF sobre o caso terá impacto direto na vida de milhões de brasileiros que dependem da aposentadoria por doença grave e também da aposentadoria por incapacidade permanente.

O tribunal pode optar por declarar a inconstitucionalidade da norma da reforma, o que garantiria o pagamento integral do benefício aos segurados. Ou, por outro lado, pode validar a regra, o que manteria o limite de 60% da média dos salários.

O julgamento do RE ainda não tem data definida, mas é esperado para os próximos meses. A expectativa é de que a decisão do STF traga mais clareza e segurança jurídica para os segurados do **INSS** que se encontram nessa situação.

Website: <https://www.carreracarneiro.com.br/>

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/aposentadoria-por-doenca-grave-pode-ser-paga-integralmente,72513f1f1c31bf7c53889cddc7de08055zkek.elb.html>

Reajuste federal é sancionado - SERVIDOR

Gustavo Silva

O reajuste dos salários de diversas categorias de **servidores públicos** federais foi sancionado pelo governo federal. A medida, de autoria do Executivo, visa a beneficiar especialmente carreiras ligadas à segurança pública, como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, além de servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Também estão contemplados profissionais das áreas de Tecnologia da Informação, analistas de política social e servidores da Secretaria Nacional de Defesa Civil. As alterações salariais foram regulamentadas via lei publicada no Diário Oficial.

Entre as principais mudanças, a proposta prevê a criação de gratificações, progressão no reajuste salarial até 2026 e a transformação da remuneração em subsídios ao criar a carreira da Polícia Penal Federal.

Nesse modelo, o salário é pago em uma parcela única, vedando acréscimos de adicionais.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou cinco trechos do texto. Entre eles, estava a permissão para o acúmulo de funções por servidores de agências reguladoras e policiais. O artigo 48 autorizava servidores de agências reguladoras a exercerem outra atividade profissional, abrindo espaço para considerar os cargos policiais como de natureza técnica ou científica.

Além disso, o artigo 49 alterava o prazo de duração do mandato dos membros da Diretoria da ANM. Os artigos 61 e 62 tratavam do acúmulo remunerado de cargos públicos na Polícia Rodoviária Federal.

Carreiras da Funai são criadas após décadas de pedidos

A lei sancionada pelo presidente Lula também estabelece a criação das carreiras de Especialista em Indigenismo e Técnico em Indigenismo. A demanda é uma das mais antigas dos servidores que atuam no setor. Os ocupantes dos cargos de Especialista em Indigenismo e de Técnico em Indigenismo terão lotação na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), atuando como órgão supervisor das carreiras. Além disso, poderão ter exercício descentralizado em órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Comissão revisa aposentadoria por incapacidade

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei nº 5.609, de 2023, que estabelece um prazo de cinco anos para a revisão de aposentadorias por incapacidade. Essa medida se aplica tanto a **servidores públicos** federais quanto a militares das Forças Armadas e do Distrito Federal.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Seguro em previdência privada vai escapar de imposto estadual

I BIANCA LIMA, MARIANA CARNEIRO, ALVARO GRIBEL e DANIEL WETERMAN

O Ministério da Fazenda abriu caminho para a tributação de planos de previdência privada (PGBL e VGBL) com foco em planejamento sucessório - ou seja, que tenham natureza de aplicação financeira -, mas vai excluir da taxação a indenização daqueles que tiverem seguro embutido.

Além disso, a equipe econômica quer regulamentar esse tipo de taxação para os chamados "trusts", mecanismos usados pelos mais ricos para proteger o patrimônio no exterior e reduzir a incidência de **tributos** nos investimentos (mais informações na pág. B2).

Como o Estadão antecipou, esses dois pontos atendem a um pleito dos governadores, responsáveis pelo recolhimento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), e serão incluídos no segundo projeto que regulamenta a **reforma tributária** - a ser enviado pelo governo ao Congresso.

O Estadão teve acesso à minuta da proposta, que ainda pode sofrer ajustes antes de ser formalmente protocolada.

No caso de PGBL e VGBL, a Fazenda propõe que a diferenciação entre aplicação financeira e seguro se dê da seguinte maneira: o que se tratar de cobertura de risco não será taxado, por ter caráter securitário.

O restante ficará sujeito ao ITCMD. Isso porque parte dos planos de previdência privada tem contrato misto, incluindo um componente securitário, como indenização por morte ou invalidez.

O contrato do plano já divide o que é aporte acumulado ao longo dos anos e qual o valor da eventual indenização - e é nisso que a tributação vai se basear. Por exemplo: se o pai falecido acumulou R\$ 1 milhão em aportes em um PGBL e a indenização pela sua morte é de R\$ 2 milhões, o filho pagará ITCMD sobre R\$ 1 milhão.

Já os R\$ 2 milhões da indenização ficarão isentos do tributo estadual.

A mesma lógica vale para a indenização por invalidez.

Os seguros de vida também continuarão isentos do tributo.

Caso essa legislação complementar seja aprovada pelos parlamentares, caberá a cada Estado decidir se deseja ou não realizar esse tipo de cobrança - que já é aplicada em alguns Estados, mas é alvo de uma série de judicializações.

Em caso positivo, será necessária a aprovação de lei ordinária local, cuja vigência deverá seguir os princípios da anterioridade.

Terão de ser respeitadas tanto a anterioridade nonagesimal (só cobrar após 90 dias da publicação da lei) quanto a anual (no exercício seguinte) - ou seja, se aprovadas neste ano, só valeriam em 2025. O assunto também está pendente de deliberação no Supremo Tribunal Federal, cujo julgamento terá repercussão geral.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fazenda apresenta hoje pacote de compensação da desoneração da folha (FISCAL)

Rafaela Gonçalves

+

A equipe econômica anuncia, nesta terça-feira (4/6), o pacote de medidas de compensação para a renúncia fiscal da desoneração de 17 setores da economia e de prefeituras. O governo precisará aumentar sua receita em mais de R\$ 26 bilhões em 2024 para compensar a continuidade do benefício fiscal, que terá um fim gradual nos próximos anos.

Após reunião, ontem, no Palácio do Planalto, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e articuladores do governo, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que, depois da apresentação, por parte do Ministério da Fazenda, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), deve protocolar ainda nesta semana o relatório do projeto de lei que trata da desoneração.

O petista é o relator da proposta que incorporou o acordo feito entre o Executivo e o Congresso para manter os benefícios neste ano. Nesta semana ainda, fecha-se a proposta de compensação. O Ministério da Fazenda está fazendo análises finais, discutimos um pouco isso com os líderes. Nos próximos dias, entre amanhã e quarta-feira, deve sair a proposta para ser apresentada pelo relator Jaques Wagner, disse Padilha a jornalistas.

Interlocutores afirmaram que o aumento do preço mínimo do cigarro no país estaria entre as medidas previstas pela equipe econômica para compensar uma parte da perda de arrecadação. O ganho fiscal com a medida seria de cerca de apenas R\$ 3 bilhões, representando uma pequena parte do montante total do adicional que precisa ser arrecadado.

Atualmente, o preço mínimo no país está em R\$ 5 por carteira contendo 20 unidades de cigarro. O aumento do preço ampliaria a arrecadação de **tributos** que incidem sobre o produto, como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Pis/Cofins, **tributos** federais destinados a empresas. O aumento desses **impostos** vai em linha com o novo Imposto Seletivo (IS), previsto na **reforma tributária**. A tributação adicional será destinada a bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente,

com o objetivo de inibir o consumo.

Outra pendência da equipe econômica, o segundo projeto de lei complementar que regulamenta a **reforma tributária** também será apresentado hoje pela Fazenda, com definições sobre a atuação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da distribuição de suas receitas entre os entes federativos. A reforma foi fatiada em três projetos distintos, esta segunda parte deveria ter sido entregue pelo governo na primeira quinzena de maio. Ainda está pendente a terceira parte, que tratará apenas do Imposto Seletivo.

O ministro de Relações Institucionais também afirmou que a pauta prioritária do governo no Congresso nesta semana inclui a votação do projeto que regulamenta o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que prevê taxa de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50, no Senado, além da Medida Provisória (MP) do Acredita, programa de concessão de crédito, na Câmara dos Deputados.

Segundo Padilha, o governo vai trabalhar para manter o acordo firmado na Câmara, que inclui os incentivos para o setor automotivo propostos pelo governo e a cobrança de 20% de imposto de importação sobre o e-commerce estrangeiro, que atinge sites asiáticos como Shein, Shopee e Aliexpress.

Ele sinalizou que outros jabutis - jargão do Legislativo para trechos que pegam carona no projeto original sem relação direta com a pauta, com o objetivo de serem aprovados sem alarde - podem ser vetados por Lula, como a exigência de um percentual mínimo de conteúdo local nas atividades de exploração de petróleo e gás.

Se for possível, nos dedicaremos a um ajuste de redação, porque não precisa voltar para a Câmara. Ou, uma outra estratégia possível é deixar muito claro que não há qualquer tipo de compromisso de sanção por parte do governo, declarou Padilha.

O ministro minimizou as derrotas recentes do governo no Congresso. Para ele, não houve surpresas na sessão que derrubou vetos do presidente Lula na

semana passada. Ele argumentou ainda que o governo não sofreu derrotas em pautas prioritárias, como a política econômica e social, e que a decisão de vetar o trecho da lei que proibia as saidinhas para presos foi importante para fazer o debate sobre o tema.

Nada do que aconteceu nessa sessão do Congresso surpreendeu os articuladores políticos do governo. Nada. E nós fizemos o debate, porque esse debate é necessário ser feito. É muito raro um time ser campeão de um torneio sem ter algum tipo de derrota, o que você não pode é perder o mata-mata, perder a final, disse Padilha.

Nós não vamos perder o mata-mata. Não estamos sendo derrotados naquilo que é essencial para a recuperação econômica e para a recomposição das políticas sociais no país, completou.

Participaram do encontro no Planalto, que durou mais de uma hora, os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), além de Padilha e dos secretários-executivos da Casa Civil, Miriam Belchior, e da Fazenda, Dario Durigan.

A equipe econômica anuncia, nesta terça-feira (4/6), o pacote de medidas de compensação para a renúncia fiscal da desoneração de 17 setores da economia e de prefeituras. O governo precisará aumentar sua receita em mais de R\$ 26 bilhões em 2024 para compensar a continuidade do benefício fiscal, que terá um fim gradual nos próximos anos.

Após reunião, ontem, no Palácio do Planalto, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e articuladores do governo, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que, depois da apresentação, por parte do Ministério da Fazenda, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), deve protocolar ainda nesta semana o relatório do projeto de lei que trata da desoneração.

O petista é o relator da proposta que incorporou o acordo feito entre o Executivo e o Congresso para manter os benefícios neste ano. Nesta semana ainda, fecha-se a proposta de compensação. O Ministério da Fazenda está fazendo análises finais, discutimos um pouco isso com os líderes. Nos próximos dias, entre amanhã e quarta-feira, deve sair a proposta para ser apresentada pelo relator Jaques Wagner, disse Padilha a jornalistas.

Interlocutores afirmaram que o aumento do preço mínimo do cigarro no país estaria entre as medidas previstas pela equipe econômica para compensar uma

parte da perda de arrecadação. O ganho fiscal com a medida seria de cerca de apenas R\$ 3 bilhões, representando uma pequena parte do montante total do adicional que precisa ser arrecadado.

Atualmente, o preço mínimo no país está em R\$ 5 por carteira contendo 20 unidades de cigarro. O aumento do preço ampliaria a arrecadação de **tributos** que incidem sobre o produto, como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Pis/Cofins, **tributos** federais destinados a empresas. O aumento desses **impostos** vai em linha com o novo Imposto Seletivo (IS), previsto na **reforma tributária**. A tributação adicional será destinada a bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, com o objetivo de inibir o consumo.

Outra pendência da equipe econômica, o segundo projeto de lei complementar que regulamenta a **reforma tributária** também será apresentado hoje pela Fazenda, com definições sobre a atuação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da distribuição de suas receitas entre os entes federativos. A reforma foi fatiada em três projetos distintos, esta segunda parte deveria ter sido entregue pelo governo na primeira quinzena de maio. Ainda está pendente a terceira parte, que tratará apenas do Imposto Seletivo.

O ministro de Relações Institucionais também afirmou que a pauta prioritária do governo no Congresso nesta semana inclui a votação do projeto que regulamenta o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que prevê taxa de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50, no Senado, além da Medida Provisória (MP) do Acredita, programa de concessão de crédito, na Câmara dos Deputados.

Segundo Padilha, o governo vai trabalhar para manter o acordo firmado na Câmara, que inclui os incentivos para o setor automotivo propostos pelo governo e a cobrança de 20% de imposto de importação sobre o e-commerce estrangeiro, que atinge sites asiáticos como Shein, Shopee e Aliexpress.

Ele sinalizou que outros jabutis - jargão do Legislativo para trechos que pegam carona no projeto original sem relação direta com a pauta, com o objetivo de serem aprovados sem alarde - podem ser vetados por Lula, como a exigência de um percentual mínimo de conteúdo local nas atividades de exploração de petróleo e gás.

Se for possível, nos dedicaremos a um ajuste de redação, porque não precisa voltar para a Câmara. Ou, uma outra estratégia possível é deixar muito claro que não há qualquer tipo de compromisso de sanção por parte do governo, declarou Padilha.

O ministro minimizou as derrotas recentes do governo no Congresso. Para ele, não houve surpresas na sessão que derrubou vetos do presidente Lula na semana passada. Ele argumentou ainda que o governo não sofreu derrotas em pautas prioritárias, como a política econômica e social, e que a decisão de vetar o trecho da lei que proibia as saidinhas para presos foi importante para fazer o debate sobre o tema.

Nada do que aconteceu nessa sessão do Congresso surpreendeu os articuladores políticos do governo. Nada. E nós fizemos o debate, porque esse debate é necessário ser feito. É muito raro um time ser campeão de um torneio sem ter algum tipo de derrota, o que você não pode é perder o mata-mata, perder a final, disse Padilha.

Nós não vamos perder o mata-mata. Não estamos sendo derrotados naquilo que é essencial para a recuperação econômica e para a recomposição das políticas sociais no país, completou.

Participaram do encontro no Planalto, que durou mais de uma hora, os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), além de Padilha e dos secretários-executivos da Casa Civil, Miriam Belchior, e da Fazenda, Dario Durigan.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/06/6870299-fazenda-apresenta-hoje-pacote-de-compensacao-da-desoneracao-da-folha.html>

Taxação dos super-ricos

RAFAELA GONÇALVES

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, embarcou na tarde de ontem para uma visita oficial ao Vaticano e Roma, na Itália. O encontro com o Papa Francisco abordará a taxação de grandes fortunas, proposta apresentada pelo Brasil na presidência do G20, considerada pelo governo importante para a agenda de combate à desigualdade e ao equilíbrio fiscal.

Haddad espera ter o apoio emblemático do pontífice para a taxação dos "super-ricos" em nível internacional. Além do encontro com o papa, o ministro participa do workshop "Enfrentar a crise da dívida no Sul Global", promovido pela Pontifícia Academia de Ciências Sociais, ligada à Santa Sé.

A proposta de taxação internacional levantada vem sendo discutida no âmbito do G20, grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia e a União Africana. Países como França, Espanha, Alemanha e África do Sul já sinalizaram apoio ao projeto, em que os multimilionários teriam de pagar, todos os anos, **impostos** no valor de pelo menos 2% da sua riqueza total.

"A taxação de grandes fortunas, um dos temas prioritários da trilha financeira do G20, é vista como uma medida essencial para reduzir a desigualdade econômica global. O Brasil, sob a presidência do G20, tem defendido a implementação de políticas fiscais mais justas, que garantam uma distribuição equitativa da riqueza", disse a Fazenda em nota, ao destacar o papel do Papa como "defensor vocal da justiça social e da responsabilidade econômica".

A luta contra a crise climática, com foco para a atual situação do Rio Grande do Sul, também está entre os temas tratados pelo chefe da equipe econômica, que também deve se encontrar com ministros das Finanças de outros países. De acordo com a Fazenda, Haddad já tem marcado um encontro bilateral com o ministro da Economia da Espanha, Carlos Cuerpo. O retorno do ministro para o Brasil está previsto para esta quarta-feira.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6032/04-06-2024.html?all=1>

Mercado aumenta estimativas para inflação e Selic

Com as atenções voltadas para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), nos dias 18 e 19 deste mês, o mercado voltou a aumentar as previsões tanto para a **inflação** quanto para a taxa Selic.

De acordo com o último boletim Focus - compilação feita pelo Banco Central (BC) com as estimativas de bancos e consultorias para os principais indicadores econômicos -, divulgado ontem, a projeção para o IPCA em 2024 passou de 3,86% para 3,88%. Há um mês, era de 3,72%.

Para 2025, foco principal da política monetária, foi de 3,75% para 3,77% - também acima dos 3,64% de um mês atrás. Em ambos os casos, as estimativas ficaram ainda mais distantes do centro da meta, que é de 3%.

A projeção para a taxa básica de juros também mudou, reforçando a expectativa de uma política monetária mais apertada pela frente. A taxa prevista para o fim de 2024 passou de 10% para 10,25% - há um mês, o patamar era de 9,63%. Para dezembro de 2025, a estimativa foi revista de 9% para 9,18%. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PIB do 1º trimestre do ano terá alta de 0,7%, projeta mercado

**MARIANNA GUALTER DANIEL TOZZI MENDES
GABRIELA JUCÁ**

O mercado estima que o Produto Interno Bruto (**PIB**) se recupere no primeiro trimestre deste ano, com alta na mediana de 0,7%, conforme economistas ouvidos pelo Projeções Broadcast.

Conforme o levantamento, que ouviu 31 especialistas, as projeções variaram de alta de 0,4% a 1,2%. No último trimestre do ano passado, a economia brasileira ficou estável (0%). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga os resultados oficiais hoje.

De acordo com os economistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, o aumento da atividade da economia do País deve ser impulsionado pelo consumo das famílias.

Segundo a pesquisa, a estimativa intermediária agora indica crescimento de 2,1% para o **PIB** neste ano, ante expectativa de 2,2% na pesquisa realizada no último dia 15 pelo Projeções Broadcast.

As projeções variam de 0,8% a 2,5%. Para 2025, a mediana é de crescimento de 2%, com estimativas entre 1,2% e 3%.

"O consumo resiliente é algo que estamos destacando há algum tempo", afirmou o economista Rodolfo Margato, da XP Investimentos, que prevê alta de 0,6% para o **PIB** do primeiro trimestre. "(O resultado) É reflexo de um mercado de trabalho sólido e da alta real dos salários. Houve também transferências fiscais adicionais com o pagamento de precatórios, o que impulsionou o consumo, sobretudo no comércio varejista." O governo decidiu, em fevereiro, antecipar o pagamento de R\$ 30,1 bilhões em precatórios (dívidas judiciais em que não há mais possibilidade de recurso) previstos para este ano.

Outra parte do que precisaria ser quitada neste ano, por volta de R\$ 32,2 bilhões, foi desembolsada ainda em 2023.

Margato chamou atenção ainda para a expectativa de recuperação do investimento no período.

"É importante lembrar que houve retomada da produção de caminhões, que tombou quase 40% em

2023", afirmou.

AGRONEGÓCIO. O economista Gabriel Couto, do Santander Brasil, prevê um avanço ligeiramente maior, com projeção de alta de 0,8% para o **PIB** do primeiro trimestre. "A questão dos precatórios é bastante relevante porque vimos um impulso na renda das famílias", disse Couto, que também cita a influência do mercado de trabalho aquecido e da perspectiva de início da recuperação dos investimentos para esse prognóstico.

Pelo lado da oferta, afirmou o economista, o principal destaque deve ser a agropecuária, apesar de uma safra menor do que a registrada no ano passado.

"O agro terá um efeito bem positivo nesse começo do ano, embora em 2024 ele tenda a apresentar uma variação ligeiramente negativa", disse.

O economista-chefe do Banco MUFG Brasil, Carlos Pedroso, também destacou o impulso da renda das famílias em sua projeção de crescimento de 0,9% para o **PIB** do primeiro trimestre, e ressaltou a importância do setor de serviços para o desempenho do período.

Ele afirmou que a previsão é de que, a partir do segundo trimestre, os estímulos à renda percam um pouco de força. No entanto, o especialista afirmou que, em uma visão do ano inteiro, a renda deve ser protagonista no crescimento da atividade econômica no primeiro semestre.

Para o segundo semestre, disse ele, os setores mais dependentes do crédito devem ganhar fôlego, como a indústria e o comércio de bens duráveis.

ANO. O Santander revisou recentemente a projeção de crescimento do **PIB** de 2024, de 1,8% para 2%. Segundo Couto, o aumento foi motivado pelo mercado de trabalho mais aquecido, mas foi parcialmente compensado pelo efeito baixista estimado como consequência da situação no Rio Grande do Sul.

O MUFG, por enquanto, mantém projeção de crescimento de 2,1%. Pedroso, porém, citou os desdobramentos das enchentes no Rio Grande do Sul como principal fator para uma revisão da estimativa.

A XP também conservou a projeção para o **PIB** do

ano, de 2,2%, mas adicionou viés de baixa. Além das consequências do evento climático, Margato afirmou que a perspectiva de um nível mais restritivo de Selic também pode contribuir para moderar a atividade. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado piora projeção para inflação e só vê um corte de juros este ano

LUANA REIS

A Pesquisa Focus, do Banco Central (BC), divulgada ontem mostrou que o mercado projeta a Taxa Selic ao fim deste ano em 10,25%, ante 10% no levantamento anterior. Isso significaria apenas mais um corte de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros, atualmente em 10,5% ao ano. As projeções mais pessimistas refletem o aumento das incertezas no cenário externo e as preocupações com o equilíbrio fiscal no Brasil.

O economista-chefe do Goldman Sachs para a América Latina, Alberto Ramos, destaca que as expectativas para um IPCA maior no curto prazo refletem a percepção no mercado de que os objetivos fiscais estabelecidos pelo governo não serão cumpridos e que a autoridade monetária está inclinada a aceitar inflação acima da meta.

"As expectativas de inflação de médio prazo acima da meta (2026 e 2027) podem contaminar e endurecer os mecanismos de formação de preços, tornando ainda mais custoso para o Banco Central entregar a inflação na meta", ele afirmou, em nota.

A média das previsões para o IPCA em 2024 subiu de 3,86% para 3,88%, acima do centro da meta, de 3%, estipulado pelo governo. Para 2025, a estimativa avançou de 3,75% para 3,77%. Já para 2026, aumentou de 3,58% para 3,60%.

Andréa Ângelo, da Warren Investimentos, explica que a piora das expectativas foi causada pela alta dos alimentos, por causa dos efeitos do El Niño, e dos serviços mais aquecidos do que o esperado.

-A piora no cenário externo também reduziu o espaço que o BC tinha para continuar os cortes na Selic. Se a gente continuar cortando os juros, enquanto nos EUA as taxas ficam altas por mais tempo, o investidor tende a tirar dinheiro daqui, o que deprecia o real e pressiona a inflação.

Já para os próximos anos, ela cita a incerteza com nova direção do BC a partir de 2025 e a mudança da meta fiscal:

-E um governo que se mostra mais gastador e que não está preocupado em cumprir a meta fiscal que ele

próprio colocou e, em 2025, pode ser uma diretoria do BC um pouco mais leniente com a inflação, então o mercado reage.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bom momento do emprego tem pressão ampla na inflação

Marcelo Osakabe De São Paulo

O bom desempenho do mercado de trabalho está pressionando a **inflação** medida pelo IPCA mesmo quando se considera todos os produtos da cesta, não somente aqueles mais intensivos em mão de obra. É o que mostra um estudo produzido pelo Itaú Unibanco, que sinaliza ainda que os salários devem continuar pesando sobre os preços brasileiros nos próximos trimestres.

Via de regra, os analistas olham o comportamento do setor de serviços para ter uma sinalização sobre como o mercado de trabalho e o comportamento dos salários afetam a **inflação**. Mais especificamente, eles olham dois núcleos criados pelo Banco Central: os serviços intensivos em mão de obra (categoria que inclui atividades como serviços médicos e dentários, estética e empregado doméstico) e os serviços sensíveis à ociosidade.

No entanto, ambas as medidas respondem por apenas 7% e 10% da cesta do IPCA, respectivamente. Nem mesmo dentro da categoria serviços elas são representativas -respondem por apenas 17% e 28% da cesta do setor.

"O problema dessas métricas é que, como elas são definidas por exclusão, você acaba com olhando para um grupo com peso pequeno dentro do IPCA ", diz Julia Gottlieb, economista do banco. "O que a gente fez foi tentar entender, de forma mais ampla, todas as pressões vindas do mercado de trabalho."

Para isso, o Itaú construiu, a partir da tabela de recursos e usos do IBGE, um indicador de intensidade de trabalho para cada um dos 377 itens do IPCA, levando em consideração os gastos das empresas com salários e contribuições sociais, o peso do produto dentro de seu respectivo setor e os custos de produção. Com base nele, foi feita uma reponderação do índice segundo a intensidade em trabalho de cada produto.

Como esperado, o exercício eleva a participação dos serviços dentro da novo indicador - seu peso passa de 35,5% para 53,4%. Entre categorias, os gastos pessoais (de 10,1% para 20,8%) e educação (de 5,9% para 14,9%) se destacam entre os que tiveram maior alta. Na contramão, alimentos e bebidas (de 21% para

11,6%), alojamento (de 15,4% para 10,1%) e gasolina (de 5% para 0,4%) têm quedas mais significativas.

O índice reponderado mostra que aqueles produtos mais intensivos em trabalho estão observando reajustes de preços mais intenso do que aponta o IPCA cheio. Enquanto este acumula alta de 3,7% nos 12 meses encerrados em abril, aquele sobe 5% no mesmo período.

Gottlieb ressalta que o índice alternativo tem rodado acima do IPCA desde a segunda metade de 2022 - coincidentemente, o momento em que a taxa de desemprego passou a rodar abaixo de 9%. Este é o patamar considerado pelo Itaú como a taxa de desemprego de equilíbrio, ou aquele a partir do qual o mercado de trabalho começa a exercer pressão altista sobre a **inflação**.

A taxa de desemprego medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio contínua (Pnad contínua) caiu a 7,5% no trimestre móvel encerrado em abril, de 7,9% no trimestre encerrado em março. O resultado veio abaixo da mediana das expectativas dos analistas consultados pelo Valor Data, que esperavam recuo menor, a 7,7%. A renda média real, por sua vez, cresceu 0,8% no trimestre móvel até abril e 4,7% em relação ao mesmo período de 2023.

A influência do mercado de trabalho sobre a dinâmica da **inflação** é um tema recorrente em discursos de representantes do Banco Central.

A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) mostra que os dirigentes discutiram o assunto, mas não chegaram a um consenso sobre em que medida o avanço dos salários - que parece não vir apenas da produtividade, mas também da melhora do poder de barganha dos trabalhadores, beneficiados pelo mercado mais aquecido - está afetando os preços.

"A gente tentou dissecar cada componente de trabalho em cada categoria de serviço, para ver se existe correlação [entre salários e **inflação**]. E de fato parece que na ponta tem, sim, alguma pressão. Mas é muito incipiente, nada que a gente consiga demonstrar muito claramente", comentou o presidente Roberto Campos Neto em sua apresentação no último dia 27, em evento organizado pelo Grupo Lide.

Olhando adiante, o Itaú espera que o mercado de trabalho continue pressionando os preços. Rodando um modelo com base no índice reponderado e as projeções de inércia da **inflação** e taxa de desemprego é possível ver que o indicador se mantém acima do IPCA de serviços nos próximos trimestres - ele chega ao fim do ano apontando alta de 6,03% em 12 meses.

"Como a gente não espera que a taxa de desemprego suba muito - ela deve permanecer rodando abaixo dos 9% neste ano -, o indicador também seguirá pressionado", afirma Gottlieb. "Vale notar também que ele não tem piorado. Na margem, mostra até alguma moderação pequena, algo em que o próprio comportamento da inércia tem ajudado. Mas a nossa avaliação é que esse exercício é mais um indício na direção de o Banco Central se manter cauteloso com relação à política monetária."

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Economistas veem novos cortes de juros em 2025

Gabriel Roca e Víctor Rezende

O recente movimento de desancoragem nas expectativas de **inflação** deve mesmo fazer com que o Banco Central (BC) encerre o ciclo de cortes de juros já na sua próxima reunião, na visão dos economistas de mercado que participaram ontem de reunião com dirigentes da autoridade monetária. Apesar disso, uma nova janela de afrouxamento da Selic pode se abrir no ano que vem, à medida que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) começar a reduzir suas taxas de juros.

Segundo relatos de participantes ao Valor, que falaram em condição de anonimato, o consenso é que o espaço para novos cortes de juros pelo Copom já terminou e a Selic deve fechar o ano em 10,50%. No entanto, é provável que o ciclo de cortes de juro seja retomado por volta do segundo trimestre do ano que vem, impulsionado por uma melhora do ambiente externo.

"Foi bem consensual a visão de que o ambiente externo no ano que vem vai permitir a retomada dos cortes na Selic. Mas que, no curto prazo, a desancoragem das expectativas está atrapalhando muito o Banco Central e deve dificultar a convergência da **inflação** para a meta", aponta um dos profissionais presentes no evento.

Outro economista aponta que, no geral, a visão foi a de que o BC está enfrentando uma crise de expectativas junto a um cenário externo mais desafiador. "Em termos práticos, isso significaria uma resposta mais dura do Copom no curto prazo, mas que lá na frente o ciclo de cortes da Selic poderia ser retomado", afirma, ressaltando que, qualitativamente, o cenário doméstico não mudou tanto.

Não houve tanta convergência em relação a outros fatores macroeconômicos. Relatos dos participantes apontam que, para a **inflação**, por exemplo, as projeções de 2024 estão bem ancoradas por volta dos 3,9%, mas a trajetória para o IPCA em 2025 é um vetor de incertezas. "Não é um consenso que a **inflação** de 2025 será maior do que a de 2024. Boa parte das projeções ficam por volta dos 4% no ano que vem, mas há estimativas na casa dos 3,1%", relata uma das fontes.

Segundo outro profissional, mesmo dentro do universo de casas que projetam IPCA mais alto em 2025, os fatores que "puxam" a **inflação** para cima seriam relacionados à oferta e não à demanda. "Logo, até as casas que projetam **inflação** mais alta no ano que vem acreditam que daria para cortar a Selic em algum momento em 2025", avalia.

Outro ponto de dissenso entre os presentes foi sobre a atividade econômica e se ela estaria esfriando mais rápido ou mais devagar que o esperado. Assim, as projeções para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2024 oscilaram entre 1,5% e 2,3% para o fim do ano. "De modo geral, a interpretação é que o impacto econômico da tragédia no Rio Grande do Sul deve ser pequeno. As projeções davam conta de uma perda de 0,1 ponto percentual no **PIB**", segundo uma das fontes.

A primeira reunião do dia ocorreu em São Paulo, e foi conduzida pelo diretor de política econômica, Diogo Guillen. Os encontros ocorrem trimestralmente e são usados pelo BC para a confecção do Relatório de **Inflação** (RI), que será divulgado neste mês.

3,9% é aproximadamente a **inflação** esperada para o fim de 2024

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187893>

Dólar e juros cedem com melhora externa

Gabriel Caldeira, Gabriel Roca, Arthur Cagliari e Matheus Prado

A forte queda dos rendimentos dos Treasuries, após um dado de atividade surpreender para baixo nos EUA e renovar esperanças por cortes de juros ainda em 2024, se sobrepôs ao mau humor interno e conferiu ganhos tímidos aos ativos locais no pregão de ontem.

No fim do dia, a taxa da T-note de dez anos recuou a 4,386%, de 4,502%, e o rendimento do T-bond de 30 anos caiu de 4,650% para 4,538%, enquanto a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 recuou de 11,145% para 11,13% e a do DI para janeiro de 2029 caiu de 11,625% para 11,595%. O dólar cedeu 0,30% ante o real, a R\$ 5,2335. E o Ibovespa cedeu 0,05%, aos 122.032 pontos, em dia de queda das commodities.

O forte alívio no mercado de Treasuries veio com a queda do índice de atividade industrial do ISM, que contrariou a expectativa de alta e caiu de 49,2 pontos em abril para 48,7 pontos em maio. Além disso, o índice de preços que compõe o indicador recuou 3,9 pontos no período, mas se manteve acima da marca de 50 pontos, o que indica expansão dos custos no setor, mas a um ritmo menor.

Para Bob Schwartz, economista sênior para EUA da Oxford Economics, os efeitos da política monetária do Federal Reserve (Fed, banco central americano), embora atrasados, estão afetando o ímpeto da atividade americana. "A economia está desacelerando. Os consumidores, principalmente os de baixa renda, estão ficando sem ímpeto e o crescimento dos salários está tendo dificuldades para acompanhar a **inflação**. A desaceleração da atividade e evidências de que a **inflação** está se movendo de forma sustentável em direção a 2% devem se tornar aparente no segundo semestre, preparando o terreno para que o Fed comece a cortar juros", diz.

No entanto, parte dos analistas não vê notícias tão positivas, a despeito da reação do mercado. Para os economistas Tim Quinlan e Shannon Seery, do Wells Fargo, o fato de os custos ainda estarem elevados na indústria americana, apesar da atividade fraca, é um "problema" para o BC. "Os juros mais altos tiveram o efeito pretendido de desacelerar a atividade sem o benefício de grande arrefecimento nos preços", ponderam.

Agora, o mercado americano ficará atento aos

indicadores do mercado de trabalho, a começar pelas vagas em aberto do relatório Jolts de abril, que será divulgado hoje, até o relatório oficial de empregos dos Estados Unidos, o "payroll", cuja leitura de maio está prevista para sexta.

Para o economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira, o principal gatilho para mercados emergentes segue sendo a incerteza quanto à política monetária dos EUA. "O câmbio continua bastante depreciado em termos históricos e após as incertezas externas diminuírem, vemos potencial para apreciação do real", diz.

O executivo considera ainda que a recente variação do minério de ferro é bastante marginal e não impacta as cotações do real. "No entanto, se os preços das commodities que o Brasil exporta recuarem muito, o potencial de apreciação da moeda pode ser afetado."

O início do pregão, no entanto, foi de estresse para os mercados locais e as taxas dos DIs chegaram a avançar 10 pontos-base. A dinâmica ocorreu diante da nova rodada de piora nas projeções de **inflação** no Relatório Focus.

O documento semanal do BC mostrou que a mediana da estimativa do IPCA para este ano subiu de 3,86% para 3,88%, enquanto a projeção para 2025 saiu de 3,75% para 3,77% e a de 2026 foi de 3,58% para 3,60%. Houve ainda mudança nas estimativas de Selic para o fim deste ano, de 10% e foi para 10,25%.

Em meio à recente piora dos mercados locais de juros, o J.P. Morgan reiterou a manutenção de posições construtivas em ativos brasileiros, diante da avaliação de que há um pessimismo exagerado já embutido nos preços locais.

"Atribuímos o desempenho ruim principalmente a uma deterioração no sentimento dos investidores locais. Uma combinação de fatores, incluindo uma revisão da meta de saldo primário de 2025, a disputa sobre os dividendos da Petrobras e a decisão de política monetária dividida do BCB em maio, em que houve uma clara divisão entre os membros do conselho nomeados pela administração atual e pela anterior, contribuíram para a piora", afirmam.

0,30% foi a queda ontem do dólar, que encerrou a R\$ 5,2335

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187893>

Economistas veem corte da Selic mesmo com inflação elevada

Alex Ribeiro

Dois relatórios divulgados ontem pelo Banco Central (BC) mostram que os economistas do mercado financeiro ainda preveem um último corte na taxa básica de juros neste mês, dos atuais 10,5% ao ano para 10,25% ao ano, apesar da continuidade da tendência de desancoragem das expectativas de **inflação**.

Vistos no conjunto, os dados não são favoráveis ao Comitê de Política Monetária (Copom) do BC: sugerem que os analistas acham que o colegiado seguirá baixando os juros a despeito das projeções de **inflação** incompatíveis com o cumprimento da meta de **inflação** dentro do horizonte de tempo proposto.

O boletim Focus, divulgado semanalmente, mostra um novo aumento da mediana da expectativa para a taxa Selic no fim deste ano, de 10% ao ano para 10,25% ao ano. Às vésperas da reunião do Copom de maio, este número se encontrava em 9,63% ao ano.

Um outro relatório divulgado pelo Banco Central mostra que, no último dia de maio, as expectativas para a taxa Selic para o fim deste ano estavam mais ou menos equilibradas em torno de 10,25%.

Segundo este documento, 47,9% dos analistas preveem que a Selic vai terminar 2024 em 10% ao ano ou em 10,25% ao ano. Em torno desses valores centrais, há um grupo de 20,5% dos analistas que acha que o juro encerra o ano em 9,5% ou 9,75%. Um grupo mais pessimista, que engloba 26,7% dos analistas, acha que a taxa fica parada nos atuais 10,5% ao ano ou que poderá subir para 10,75% ao ano.

Desde o começo de abril há uma migração do mercado financeiro para um cenário de juros básicos mais altos, devido à postergação do ciclo de distensão monetária nos Estados Unidos, ao aumento das incertezas fiscais, ao aquecimento da economia maior do que o antecipado e às dúvidas sobre o comprometimento do BC com a meta da **inflação** a partir de 2025.

Esse ambiente de juros mais altos, porém, não impediu uma piora nas expectativas de **inflação**. A variação dos índices de preços esperada para 2025,

ano que é o mais importante para fins de definição da taxa Selic, subiu pela quinta semana seguida, para 3,77%. A meta é 3%.

Chama a atenção, porém, que os economistas do mercado seguem apostando em uma queda final da taxa Selic em junho, apesar de tanto as projeções de mercado quanto as do Copom sugerirem que uma taxa de 10,5% no fim do ciclo é incompatível com o cumprimento do centro da meta em 2025.

Simulações divulgadas pelo Copom em maio mostram que, se o juro ficasse estacionado em 9,63% ao ano, a **inflação** de 2025 ficaria em 3,3%. Cálculos apresentados pelo BC em fins de 2021 mostram que, para baixar a **inflação** em cerca de 0,3 ponto percentual, é preciso uma dose adicional de juro de 1 ponto percentual.

Entre as projeções de **inflação**, um dado que preocupa mais é uma nova alta, de 3,58% para 3,6%, na expectativa de **inflação** para 2026. Apenas 19% dos analistas acreditam que a **inflação** ficará próxima da meta, no intervalo entre 2,98% e 3,36%.

Está ocorrendo um movimento de desancoragem adicional também das expectativas de **inflação** para 2027. Hoje, a mediana das expectativas se encontra em 3,5%, já acima da meta, de 3%. Segundo o boletim de distribuição das expectativas, 37,3% dos analistas preveem uma **inflação** acima de 37,8% em 2027. Em fins de abril, este contingente representava 24,4% dos analistas; em fins de março, apenas 19,7%.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187893>

Mercado eleva cálculos para inflação e juros

O mercado financeiro elevou pela quarta vez a projeção para os preços. Segundo o Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a **inflação** oficial, fechará este ano em 3,88%. Na leitura da semana anterior a previsão era um pouco menor, de 3,86%, e há quatro semanas era de 3,72%. Outra estimativa, esta sobre a taxa de juros Selic, traz um cálculo de 10,25% ao ano para o final de 2024. A expectativa do Focus na semana anterior era de 10%. Atualmente a Selic está em 10,5%.

Site:

**[https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo
/?edicao=11102](https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11102)**

Projeção para o IPCA tem alta

Economistas do mercado financeiro voltaram a elevar as suas projeções para a **inflação** e para os juros neste ano. Segundo os dados do Boletim Focus, do Banco Central, a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu de 3,86% para 3,88% em 2024". (Agência Brasil)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/06/projecao-para-o-ipca-tem-alta.html>

Corte na Selic gera divergência entre economistas - MOVIMENTO ECONÔMICO

PATRICIA RAPOSO

O Boletim Focus, que é elaborado semanalmente pelo Banco Central, gerou discordância na sua divulgação de ontem. O ponto foi a expectativa de corte na taxa Selic.

A Selic é a principal ferramenta que o Banco Central tem para controlar a **inflação**. Por isso, quando a economia está aquecida e os preços começam a subir a ponto de minar a meta de **inflação**, a Selic é elevada. Com juros mais altos, fica mais caro tomar crédito - e não só para os consumidores, como também para as empresas e o próprio governo. Isso desestimula o consumo e ajuda a controlar os preços.

E na edição de ontem do Focus, a projeção da Selic subiu de 10% para 10,25%, sugerindo apenas mais um corte na taxa de juros este ano. André Perfeito, economista chefe da Necton Investimentos, que agora segue carreira solo, reagiu em seu boletim diário apontado que há chances de novos cortes na taxa básica de juros este ano.

Para ele, os economistas da Faria Lima (avenida em São Paulo que é o endereço das principais empresas que atuam no mercado financeiro nacional) erraram no ano passado ao afirmar que a Selic fecharia o ano em 8% e vão errar este ano ao projetar que a Selic fechará 2024 em 10,25%.

André Perfeito acha que a Selic pode cair mais e isso não tem relação com a situação fiscal do Brasil ou com uma "pretensão menor credibilidade do Banco Central". O motivo é externo.

Ele acredita que os Estados Unidos podem iniciar corte dos juros no segundo semestre. E se os juros começarem a cair nos EUA, o dólar irá se enfraquecer e o Real ficará mais forte e vai segurar a **inflação**.

"O problema é que se criou um pânico fiscalista no Brasil que me parece muito exagerado. Se é verdade que o Brasil vai crescer mais que se projetava também é verdade que vai se arrecadar mais que se projetava tornando a equação fiscal menos dramática".

PLANOS DE SAÚDE

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) vai definir, hoje, em Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada (DICOL), o índice de reajuste para os planos com contratados a partir de janeiro de 1999 ou adaptados à Lei nº 9.656/98. O percentual é o teto válido para o aumento desse tipo de contrato, que abrange 8,7 milhões de usuários, ou seja, 17,2% dos 51,1 milhões de consumidores de planos de assistência médica no Brasil. No ano passado, o teto estabelecido pela Agência foi limitado a 9,63%.

REI CHARLES III

Na próxima quinta-feira, a vice-embaixadora do Reino Unido, Mela-nie Hopkins, e a diretora de Relações Governamentais e Comércio do Consulado Britânico em Recife, Larissa Bruscky, comandam o evento de celebração do aniversário do Rei Charles III no Recife.

CONDIC

A 126a Reunião do Conselho Estadual de Políticas Industrial, Comercial e de Serviços (Condic), que acontece na manhã desta terça-feira, vai revelar os investimentos que estão chegando a Pernambuco.

TGI

O projeto Pernambuco em Perspectiva, da Rede Gestão, traz para o Recife o ex-senador, ex-ministro da educação e ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque. Ele fala para convidados na noite de hoje sobre "Educação como fator vital de competitividade para Pernambuco".

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/ykus/#p=1>